

## **A retórica da governança corporativa: uma abordagem por meio de palavras e transações econômicas**

Mateus T. S. Cozer  
Departamento de Engenharia de Produção  
Centro Universitário da FEI  
E-mail: mtscozer@gmail.com

27/06/2010

### **Resumo**

Governança Corporativa é um tema com vasta literatura na área de finanças corporativas. Contudo, preocupa o pesquisador a questão da transparência e prestação de contas com a sociedade. Concretamente, preocupa-se com a opacidade da firma, sob a ótica do programa de mercados e hierarquias de Oliver Williamson.

O objetivo do trabalho é discutir o tema da governança corporativa, com ênfase no direito de propriedade, sob a perspectiva da economia da informação.

O debate sobre “governança corporativa” foi delimitado ao referencial teórico da agenda estratégica, mecanismos de governança, finanças corporativas, direito de propriedade, governança global, sustentabilidade e governança de tecnologia da informação. Assumindo a premissa de que atores situados estrategicamente se comportarão estrategicamente, a perspectiva deste trabalho é que a alta administração operacionalizaria a firma com um olhar sobre os interesses dos *stakeholders*.

As forças ambientais pressionam a organização hipertexto, e a sociedade em rede se conecta na mídia digital. A demanda de consumo pelos serviços de informações baseados em Internet é forte. A economia da informação foi influenciada pelas redes eletrônicas, e também demanda transparência e prestação de contas com o consumidor. A mídia digital, lócus da troca na economia da informação, navega em uma infra-estrutura de informações – um mecanismo de governança.

Em resumo, localizou-se um campo de pesquisa: “governança corporativa e economia da informação”, influenciado pela formação digital, entendendo o lugar das redes centradas em computador, e preocupado com o direito de propriedade. Este campo de pesquisa enfoca a unidade analítica “palavra-transação”. Palavras e transações econômicas são elementos de racionalidade, articulando governança corporativa e direito de propriedade.

**Palavras-chave:** governança corporativa; direito de propriedade; economia da informação; *stakeholders*.

## Abstract

Globalization is still very partial and incomplete. Rules and norms of corporate governance are important components of the framework for successful market economies. Although corporate governance can be defined in a variety of ways, generally it involves the mechanisms by which a business enterprise, organized in a limited liability corporate form, is directed and controlled. It usually concerns mechanisms, which holds corporate managers accountable for corporate conduct and performance.

The debates about governance and ethics have sprung from corporate failure, not from corporate success. The corporate sector has been plagued by huge scandals relating to excessive manager compensation and fraudulent bookkeeping. The field of corporate governance has a vast literature on corporate finance, for example the work of the author Michael Jensen. Otherwise the researcher is worried with the question of accountability. The core problem is the triumph of the economic over the social and the political aspects of business, reinforced by economic dogma that squelches a more balanced view of business and its role in society.

**Key words:** Corporate Governance; Stakeholders; Digital Media.

## 1. Introdução

O início do século 21 tem observado a confluência de três tendências de longo prazo no mundo dos negócios: a mudança de uma economia de bens para serviços, a rápida expansão de redes eletrônicas e a mensuração dos resultados da interligação entre as questões econômicas, sociais e ambientais (RUST, 2002; HODGES e GRAYSON, 2001; ZADEK, 2006; URBAN, 2004; URDAN, 1993; BELL, 1973; BENKLER, 2006; BEINHOCKER, 2006).

Governança significa governo. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), “*governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal*”. O objetivo das práticas de governança corporativa é a criação e operacionalização de um conjunto de mecanismos que visam fazer com que as decisões sejam tomadas de forma a otimizar o desempenho de longo prazo da empresa. Entre os principais mecanismos internos de governança, pode-se citar: a existência de um conselho de administração ativo, independente e bem informado; a existência de um sistema de avaliação de desempenho e remuneração dos gestores (*management*) alinhados com os interesses de longo prazo dos acionistas (*shareholders*); e a existência de um sistema de prestação de contas dos resultados (por meio de relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e relatórios de gestão, entre outros) que assegure confiabilidade e transparência dos resultados da empresa aos investidores externos. Contudo, o estudo da governança corporativa é voltado principalmente para o acionista (*shareholder*). Poucos autores iluminam os demais *stakeholders*, muito menos se preocupam com o cliente (consumidor final), ou com a esfera civil (ALEXANDER, 2006).

O artigo possui dez seções e está organizado da seguinte forma: Instituições e Transações, Redes Sociais, Direito de Propriedade, Economia da Informação, Governança Corporativa, considerações finais, referências bibliográficas, e sua contribuição é a unidade analítica palavra-transação. Em primeiro lugar, a retórica da governança corporativa abrange sete lados de um heptágono: (1) agenda estratégica, (2) mecanismos de governança, (3) finanças corporativas, (4) direito de propriedade, (5) governança global, (6) sustentabilidade e (7) governança de tecnologia da informação. Em segundo lugar, a unidade analítica palavra-transação é inspirada no trabalho dos autores Paul Ricoeur e Ronald Coase, do ponto de vista filosófico. Concretamente, a unidade analítica palavra-transação é uma ferramenta de transparência para a matriz de direções de crescimento de produto-mercado (AAKER, 2008, p.6). O escopo de uma empresa é definido pelos produtos que ela oferece e escolhe não oferecer, pelos mercados que ela procura servir e não servir, pelos concorrentes que ela escolhe competir com eles e evitá-los, e por seu nível de integração vertical (AAKER, 2008, p.5).

Organizações e instituições possuem literaturas distintas. A economia institucional e a sociologia econômica possuem um diálogo por meio dos autores Mark Granovetter e Oliver Williamson. Este ensaio procura contrastar estas duas literaturas.

## 2. Problema de Pesquisa

Qual é a contribuição da economia institucional para a compreensão da governança corporativa?

- A questão da separação de propriedade e controle – a corporação multinacional serve não apenas aos proprietários (acionistas) ou ao controle (conselho de administração), mas toda a sociedade civil (ALEXANDER, 2006). Preocupa o problema da transparência (*accountability*) e prestação de contas com os *stakeholders* (*disclosure*). Enfim, a separação entre propriedade e controle, a quebra do átomo da propriedade, na corporação multinacional, é a questão central da governança corporativa (DAVIS, 2009).
- A organização hipertexto emerge no mercado do século 21 (BEINHOCKER, 2006; NONAKA, 1994). Corporações multinacionais, com mais de 100 mil funcionários, usam a tecnologia digital para administrar a complexidade organizacional interna (BRYAN, JOYCE, 2007). Governança corporativa não é sinônima de hierarquia. Mercados e hierarquias convivem na organização hipertexto (DIMAGGIO, 2001). A organização hipertexto possui uma cultura orientada para o mercado (DAY, 2001).
- A economia da informação é uma aplicação da sociologia econômica. Um conjunto de autores – entre eles Mark Granovetter (1985), Neil Fligstein (2001), Viviana Zelizer (2004) – tem proposto uma variedade de formas de conceitualizar o processo social como o coração da vida econômica (ABRAMOVAY, 2009). Contudo, a sociologia dos mercados financeiros não é um tema que atraiu muita atenção da sociologia econômica (KNORR, PREDA, 2004, p. 3). A economia da informação e a mídia digital possibilitam diferentes estratégias de produção (BENKLER, 2006). Estratégias de produção de não-mercado baseiam-se na colaboração entre produtores e consumidores de mídia. Entende-se que a conectividade dos mercados financeiros globais é regulada por meio da mídia digital (ALEXANDER, 2006).

### 2.1 Objetivo

O objetivo do trabalho é discutir o tema da governança corporativa, com ênfase no direito de propriedade, sob a perspectiva da economia da informação.

### 3. Instituições e Transações Econômicas

A economia institucional (*New Institutional Economics*) e a sociologia econômica (*Wirtschaftssoziologie*) possuem um diálogo por meio dos autores Mark Granovetter e Oliver Williamson. Instituições importam e são suscetíveis à análise (NORTH, 1990). De acordo com Douglass North, instituições são “um plano criado para forçar os humanos a estruturarem suas interações políticas, econômicas e sociais. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições, e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direito de propriedade)”. Em consequência, elas estruturam incentivos de troca entre humanos, sejam eles políticos, sociais ou econômicos (NORTH, 1990). Em resumo, instituições são as regras do jogo (NORTH, 1990).

Segundo Granovetter, uma das questões clássicas da teoria social é como o comportamento e as instituições são afetados por relações sociais. No entanto, a firma consiste em um sistema de relacionamentos, que existe quando a direção dos recursos é dependente do empreendedor (JACOBIDES, WINTER, 2007). No qual, sob a ótica da economia dos custos de transação, a unidade de análise é a transação, operação onde são negociados direitos de propriedade (COASE, 1937; ZYLBERSZTAJN, 1995). O programa “mercados e hierarquias” de Williamson descreve o esquema em três níveis: **ambiente institucional, governança e indivíduo**. O argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé (GRANOVETTER, 1985). Instituições e transações econômicas governam as relações entre indivíduos que se comunicam por meio de uma linguagem (RICOEUR, 2005).

Violência, organizações, instituições e crenças são elementos de uma sociedade de acesso aberto (NORTH, WALLIS, WEINGAST, 2009). Organizações são centrais para todos os aspectos da ordem social – econômico, político, religioso e social (NORTH, WALLIS, WEINGAST, 2009). O homem nasce em uma organização chamado hospital e quando morre, é enterrado por uma organização chamada funerária, quase tudo que acontece entre os dois fatos envolve organizações (MINTZBERG, 2006).

A separação entre propriedade e controle, a quebra do átomo da propriedade, na corporação multinacional, é a questão central da governança corporativa. No entanto, a sociologia econômica mantém que elementos sociais como direito, normas, religião, classes sociais e política atuam em papéis cruciais no desenvolvimento de firmas e mercados (FLIGSTEIN, 2001). O direito de propriedade é uma intercessão entre as duas literaturas. Williamson, por sua vez, define firmas, mercados e contratos relacionais como importantes instituições econômicas do capitalismo.

Contudo, crises econômicas são elementos do capitalismo Schumpeteriano. A globalização do mercado financeiro produziu firmas com mais de 100.000 funcionários, que precisam prestar contas das suas decisões estratégicas para os seus *stakeholders*. Superar a opacidade da firma é um desafio de transparência (GORZ, 2003). Coca-Cola, IBM e Microsoft colocam suas respectivas reputações em risco neste jogo de palavras-transações. Coca-Cola, IBM e Microsoft não são exemplos da opacidade da máquina burocrático-industrial do século 20. Coca-Cola, IBM e Microsoft são corporações multinacionais que atuam no século 21. A esfera civil e suas instituições comunicativas, a opinião pública, a mídia de massa, e

associações civis analisam as marcas das corporações multinacionais, as quais tornam-se vitórias para a ação de ONGs como o Greenpeace (ALEXANDER, 2006).

#### 4. Redes Sociais e Mercados Financeiros

O problema da imersão é um dos temas do trabalho do autor Mark Granovetter. A sociologia Granovetteriana preocupa-se com atividades conduzidas não por anônimos, agentes econômicos atômicos, mas por pessoas que geralmente conhecem pessoalmente uns aos outros, o que inclui entre as possíveis formas de interação entre estas pessoas, a imitação (GRANOVETTER, 1985, 1990). Por exemplo, o caso da arbitragem e do fundo Long Term Capital Management (MACKENZIE, 2005). O grupo liderado por John Meriwether no fundo de hedge Long Term Capital Management (LTCM) era altamente habilidoso, possuía dois prêmios Nobel de economia, Robert Merton e Myron Scholes, teve muito sucesso no seu auge, mas quase quebrou em Setembro de 1998 (LOWENSTEIN, 2001). A estrutura institucional do mercado financeiro onde o LTCM estava imerso, do ponto de vista de uma sociologia Granovetteriana, tomou a forma de imitação (MACKENZIE, 2005). Segundo a Fundação Nacional da Qualidade, *benchmarking* é a busca das melhores práticas no setor que conduzem a um desempenho superior. Isomorfismo mimético, *benchmarking* e imitação são variações sobre o mesmo tema.

Contudo, não se pode deixar de considerar a importância do mercado financeiro para a sociedade e muito menos para as corporações multinacionais (PREDA, 2009). Adolf Berle e Gardiner Means escreveram sobre o átomo da propriedade. A questão da separação entre propriedade e controle é um debate importante para a compreensão da governança corporativa (DAVIS, 2009, p. 42). O conselho de administração e a retórica da governança corporativa materializam-se no objetivo estratégico de maximizar o valor para o acionista. A remuneração dos executivos atrelada ao preço da ação da firma motiva desempenhos retóricos, com a intenção de persuadir *stakeholders* no mercado financeiro. Redes sociais conectam membros dos conselhos de administração de diferentes corporações (DAVIS, ROBBINS, 2005). A centralidade do conselho de administração é medida por meio do número de laços entre diferentes conselhos, e seu prestígio. Centralidade por estas medidas varia entre as firmas.

Segundo Granovetter, ação econômica em redes sociais, cultura, política e religião, derivam de dimensões não econômicas, da ação social. Os indivíduos do mundo pequeno do mercado financeiro se conhecem. Portanto, relações sociais são conectadas com produtividade (GRANOVETTER, 2005). Os laços sociais entre os atores são afetados por suas relações com instituições como o Banco Central, a CVM e a Bovespa (GRUN, 2005). Por exemplo, Armínio Fraga foi presidente do Banco Central e hoje é presidente do conselho de administração da Bovespa, entre outras atividades profissionais no mercado financeiro.

As instituições são soluções eficientes para determinados problemas econômicos, como a confiança (GRANOVETTER, 1985). Sociedades de acesso aberto usam ferramentas como organizações, nas quais os indivíduos aumentam sua produtividade (NORTH, WALLIS, WEINGAST, 2009). O acesso aos investidores de *private equity* como GP, Angra, Pactual, Advent e Pátria não é aberto para todas as organizações. A avenida Brigadeiro Faria Lima é o coração da intermediação financeira de São Paulo. Bolhas, escândalos, e quebras são algumas características do mercado financeiro (DAVIS, 2009, p. 31). Bear Stearns, Lehman Brothers, Washington Mutual, Wachovia, entre outros, são uma lista de instituições financeiras que apresentaram problemas no jogo de palavras-transações em 2008. A crença no jogo, o problema entre teoria e prática, e também entre linguagem e economia dos custos de

transação, assim como todos os “jogos de linguagem”, de acordo com Ludwig Wittgenstein, nascem por meio do grupo que ele define (WACQUANT, 2004, p. 16).

Assim, governança corporativa descreve os sistemas que alocam poder e controlam os recursos entre participantes de organizações (DAVIS, 2009, p. 32). A teoria funcionalista da governança corporativa descreve apenas um lado de um heptágono, o qual representa o valor para o acionista (finanças corporativas). Contudo, o acionista está imerso em uma rede social.

## **5. Direito de Propriedade e Inovação**

O investidor é uma figura cultural do capitalismo global (PREDA, 2005). A tradição sociológica identifica quatro figuras básicas do capitalismo: (1) o industrial; (2) o empreendedor, (3) o especulador, (4) o capitalista religioso. O industrial que conhece o processo de produção de manufatura é uma categoria descrita por Adam Smith, e sua célebre fábrica de alfinetes, pode ser exemplificada pelo empresário Jorge Gerdau. O empreendedor descrito por Joseph Schumpeter é motivado pela inovação, pode ser exemplificada pelo empresário Steve Jobs (iPod, iPhone, iPad). O especulador é uma figura determinada pelo processo de acumulação descrito por Karl Marx, pode ser exemplificada pelo empresário Eike Batista (MMX, OGX, OSX), e, finalmente, o capitalista religioso é uma categoria descrita por Max Weber. Contudo, a figura do investidor-cientista, performático como George Soros, é uma pessoa focada (PREDA, 2005, p. 157). O legado cultural do investimento como uma ciência acredita no direito de acesso à informação financeira verdadeira, para estudá-la, para tomar decisões informadas, e defender o direito de propriedade no mercado (PREDA, 2005, p. 158).

O crescimento do mercado financeiro não implica em sua eficiência (PREDA, 2009). Instituições (direito formal, regras, práticas informais), governos, firmas, e a rede de relacionamentos entre atores coletivos dentro dos mercados operam para produzir mais estrutura social do que faz sentido para a teoria funcionalista da governança corporativa.

Mudança tecnológica pode ter um efeito independente na estrutura social (FLIGSTEIN, 2001). Tecnologias genéricas como mecanização, motor, eletricidade, produção em massa, tecnologia da informação não modifica a organização social existente onde a tecnologia não é relevante (PEREZ, 2002). As idéias de Taylor, Ford, e Chandler modificaram a Inglaterra e os EUA. O custo de transporte e comunicação é relevante para uma sociedade de acesso aberto.

A organização industrial depende dos empreendedores, a tecnologia e a competição dependem de fatores sociais. O crescimento econômico depende de governos, instituições, e tecnologias sociais, por meio das quais firmas são criadas. Por exemplo, o Vale do Silício é uma cidade do conhecimento com 10 universidades, 40 institutos de pesquisa, 8.718 corporações com mais de 100 colaboradores, 180 firmas de capital empreendedor, 3.152 escritórios de advocacia, 329 firmas de recrutamento, 1.913 firmas de contabilidade, 311 agências de relações públicas, e 100 jornais (GRANOVETTER, 2009).

Contudo, a defesa dos direitos de propriedade é fundamental para o comportamento econômico. Eggertsson refere-se aos direitos dos indivíduos de usarem recursos de direitos de propriedade. Regras sobre direito de propriedade, estruturas de governança, regras de troca e concepções de controle regem o funcionamento das economias de mercado (FLIGSTEIN, 2001). Direitos de uso de um ativo, direito de gerar renda de um ativo ou direito de vender um ativo são categorias de direitos de propriedade (EGGERTSSON, 1990). A autonomia da esfera

econômica não é independente do direito. Atores estratégicos hábeis organizam indivíduos por meio de redes e podem construir campos sociais. Por exemplo, o Buscapé ([www.buscapede.com.br](http://www.buscapede.com.br)), serviço de comparação de preços fundado em 2000, é um produto da POLI, centro de inovação tecnológica da Universidade de São Paulo. Em 2009, o Buscapé foi adquirido pela Nasper Limited, um grupo sul africano, por US\$ 342 milhões.

## 6. Economia da Informação em Rede

Estruturas sociais são úteis para manutenção de valor. A separação entre propriedade e controle é um dogma quase religioso da teoria da firma de Jensen e Meckling. A maximização dos lucros para os acionistas é uma função do CEO da corporação multinacional.

Palavras narrativas e transações econômicas são formas de lidar com o problema da transparência (*accountability*) e prestação de contas com os *stakeholders* (*disclosure*). Palavras e transações econômicas circulam na Internet. Contudo, a economia da informação e as novas mídias possibilitam diferentes estratégias de produção (BENKLER, 2006, p. 43). Informação, cultura e conhecimento são candidatos a produção de não-mercado (BENKLER, 2006).

Entretanto, o autor Lawrence Lessig escreveu o livro *Code* sob a ótica do direito constitucional, preocupado com o fenômeno da Internet, afinal as tecnologias da internet vão estar em todo lugar (KLEINROCK, 1968). Quase duas décadas atrás, na primavera de 1989, o comunismo na Europa morreu. O fim não foi trazido por guerra ou revolução. O fim foi a exaustão (LESSIG, 2006). Pouco mais de uma década atrás, no meio dos anos 1990, no momento em que a euforia pós-comunista estava se esvaziando, emergiu a sociedade em rede (CASTELLS, 1999), esta era a Internet, ou o ciberespaço (FERNANDES, 1997). Segundo Castells, rede é um conjunto de nós interconectados. A ênfase nos dispositivos personalizados, na interatividade, na formação de redes, e na busca incansável de novas descobertas tecnológicas, mesmo quando não faziam muito sentido comercial, não combinava com a tradição, de certa forma cautelosa, do mundo corporativo (CASTELLS, 1999). Concretamente, mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede de fluxos financeiros globais, entre outras redes, impulsionaram o Vale do Silício.

O livro *Code* é sobre a mudança do ciberespaço da anarquia para o cyber espaço do controle. O espaço de um MMOG (*massively multiple online game*) é diferente. Ele é um espaço virtual (LÉVY, 1996) – como um desenho animado dos Jetsons (*cartoon* de Hanna-Barbera) em uma tela de televisão. Mas diferentemente de um desenho animado, um espaço MMOG permite que o usuário controle o personagem – “avatar” - na tela em tempo real (LESSIG, 2006). No entanto, é no mercado financeiro que a economia da informação se firmou originalmente e é nesse centro nervoso e inteligente da economia de mercado que se desenvolveram inicialmente e com maior interesse as redes digitais capazes de propiciar aos operadores de tesourarias, banqueiros de investimento do Lehman Brothers, e outras funções no governo (BNDES, Petros, Previ), e no setor privado a experiência do “*massive multiplayer online role playing game*” (MMORGP), modelo que hoje ocupa milhões de indivíduos em todo o mundo, em jogos como o *Second Life*, desenvolvido pelo Linden Labs, que possui mais de 7 milhões de usuários, ou *World of Warcraft* ([www.worldofwarcraft.com](http://www.worldofwarcraft.com)), com 7,5 milhões de assinantes (David Bray, Benn Konsynski, Cory Ondrejka).

Muitas coisas protegem a propriedade contra roubo – diferentemente. Propriedade é protegida pela soma das diferentes proteções que a lei, normas, o mercado, e o espaço-real codificam para tornar mais difícil roubar (LESSIG, 2006).

O estudo da economia da informação, cultura e conhecimento é recente (WILLIAMSON, 1985, 1994). Os autores Bart Nooteboom (2004), Yochai Benkler (2006) e Eric Beinhocker (2006) escreveram três livros sobre a economia da informação, e a dinâmica

das redes que contribuem para o debate acadêmico, ou seja, fluxos de informação, gestão do conhecimento e valor. Concretamente, Bill Gates, Steve Jobs, Larry Page, Sergey Brin, e Mark Zuckerberg são ícones da cultura digital. O Google é a maior empresa de mídia do mundo, na qual palavras e transações econômicas se conectam por meio de links patrocinados, com faturamento superior a US\$ 16 bilhões (Exame, 9/4/2008, p. 22).

Vale a pena ressaltar que as condições materiais da produção mudaram (BENKLER, 2006, p. 92). A produção de não-mercado, por meio de uma cultura de “ler/escrever”, usando recursos de e-mail, do YouTube, do Orkut, do Facebook, do Twitter, subverte a lógica da concentração de poder (LESSIG, 2008). A criatividade da cultura popular pode ser promovida por meio de redes digitais usando apenas um PC conectado com a Internet. A produção de informação por meio de blogs não distingue autores e leitores, produtores e espectadores, acionistas e executivos de relações com investidores (JENKINS, 2006). “A internet oferece uma plataforma de comunicação que fortalece a ação em rede dos indivíduos” (ABRAMOVAY, 2009).

Finalmente, a formação digital de um conjunto de tipos específicos de informação e estruturas de comunicação constitui um espaço eletrônico (LATHAM, SASSEN, 2005). A produção de informação por meio de uma rede de aprendizagem é uma estratégia inovadora (BENKLER, 2006, p. 46). A ponte entre tecnologia e sociedade observa ONGs como uma tecnologia molecular que pode traduzir a linguagem informatizada entre múltiplas lógicas (BACH, STARK, 2005).

## **7. Governança Corporativa, Organizações e Informação.**

O sistema de governança corporativa é o resultado de um processo político e histórico (FLIGSTEIN, CHOO, 2005, p. 66). Segundo o Cadbury Report, “governança corporativa é o sistema no qual corporações são dirigidas e controladas”. O tema da governança do setor privado e os desafios pós-crise nos EUA foram apresentados pelo autor Gerald Davis.

O debate sobre “governança corporativa” foi delimitado ao referencial teórico da agenda estratégica, mecanismos de governança, finanças corporativas, direito de propriedade, governança global, sustentabilidade e governança de tecnologia da informação.

A ciência das organizações está imersa em uma estrutura social (GRANOVETTER, 2005). A organização é uma sociedade de cérebros (BEINHOCKER, 2006). Organizações possuem uma arquitetura social para adaptabilidade composta por: comportamentos, estruturas, processos e cultura (BEINHOCKER, 2006, p.350).

Ressalta-se que este artigo se apóia na economia dos custos de transação, no trabalho de Coase e Williamson. A unidade de análise para estes autores é a transação.

No entanto, a informação é transmitida socialmente por meio de palavras. Informações são entrada e saída no seu processo de produção (BENKLER, 2006). A palavra escrita descreve parte de uma herança que se chama cultura (NORTH, 1990, p.37). O desafio de uma cultura transparente é superar a opacidade da firma (GORZ, 1998). A unidade analítica palavra-transação é uma contribuição baseada no trabalho de Paul Ricoeur. A retórica da governança corporativa é eloqüente. A palavra é uma arma destinada a influenciar os *stakeholders* (RICOEUR, 1975, p. 18). Metáforas baseadas em informações, em termos de meios de produção, armazenamento, transmissão e recepção de palavras-transações, descrevem um sistema de produção de informação (COZER, 2009; BENKLER, 2006, p. 41). Os indicadores

de desempenho de uma firma são apenas números de uma linguagem algébrica que faz sentido para profissionais de contabilidade e finanças. Sucesso significa que  $(\text{Receita} - \text{Despesa}) > 0$ . O investidor de sucesso não analisa apenas os dados matemáticos frios dos indicadores de desempenho financeiro de uma firma. A figura do investidor está imersa em uma estrutura social. O conselho de administração de uma organização é um mundo pequeno (DAVIS, 2009). Em resumo, a organização dos mercados é de natureza político cultural. Portanto, a unidade analítica palavra-transação é um elemento para reduzir a opacidade da firma (GORZ, 1998). Palavras e transações econômicas descrevem o universo heptagonal da retórica da governança corporativa (GRANDORI, 2004; CLARKE, 2007).

## 8. Governança Corporativa e Transações Econômicas

A autora Anna Grandori (2004) sistematizou os mecanismos de coordenação e controle verificados pela teoria organizacional no contexto da governança corporativa: mecanismos de preços, negociação, times, hierarquia, regras formais e normas sociais, alocação dos direitos de propriedade. Portanto, governança corporativa não é sinônima de hierarquia. No contexto do campo de pesquisa “governança corporativa e economia da informação” destacam-se os mecanismos: regras formais e normas sociais, alocação dos direitos de propriedade.

- Regras formais e normas sociais – relações sociais e estruturas (GRANOVETTER, 1973, 1985, 1995; NORTH, 1991); Regras internas e externas ao sistema a ser governado (GRANDORI, 2004, p. 13); o mundo pequeno da elite corporativa Americana, dos conselheiros de administração como Vernon Jordan, possui normas sociais baseadas em relações sociais (DAVIS, YOO, BAKER, 2003). Instituições são formadas para reduzir a incerteza na troca entre humanos, em conjunto com custos de transação e produção (NORTH, 1992).
- Alocação dos direitos de propriedade (DEMSETZ, 1983; BENKLER, 2006); Propriedade dos ativos, direitos sobre o prêmio residual, direitos de controle residual (GRANDORI, 2004, p. 13). Direito e economia constituem uma linha de pesquisa promissora. Há um diálogo entre economistas e juristas, por exemplo, entre a FEA e o Largo de São Francisco, lar da Faculdade de Direito, fundada no ano de 1827 (ZYLBERSZTAJN, SZTAJN, 2005). Em apenas uma turma do curso jurídico, pertenceram os nomes de Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves e Afonso Pena (FRANCO, 1973, p. 15).

O sistema capitalista é certamente imperfeito, e crises financeiras são periódicas. As palavras “Enron e WorldCom”, “Barings”, “Long-Term Capital Management” e “Société General”, “Washington Mutual”, “Bear Stearns”, “Lehman Brothers”, “Merrill Lynch”, “AIG”, “Fannie Mae e Freddie Mac”, “Goldman Sachs”, “Sadia”, “Aracruz”, “Agreenco”, representam organizações envolvidas no ciclo de crises de governança corporativa (CLARKE, 2007). O significado da governança corporativa para a transparência, prestação de contas com a sociedade civil e desempenho está tornando-se um fenômeno global (CLARKE, 2007).

O programa de mercados e hierarquias de Oliver Williamson destaca a “transação” como unidade de análise. Entretanto, Fligstein destaca as seguintes regras básicas para o funcionamento de uma economia de mercado: **direito de propriedade, estruturas de governança, regras de troca e concepções de controle**. Palavras e transações econômicas permitem a análise da agenda estratégica da firma (AAKER, 2008; HAX, 2001). A decisão de investimento em um produto-mercado define onde a firma vai competir (AAKER, 2008, p.5). O “binômio palavra-transação” é inspirado na matriz negócio x mercado do autor Igor Ansoff, adaptada para o marketing por Jean-Jacques Lambin, no formato do “binômio produto-mercado” (RICOEUR, 1986; COASE, 1988). Segmentação, mercado-alvo, e posicionamento definem a estratégia de marketing das firmas Coca-Cola, IBM e Microsoft (KOTLER, 2007, p. 305). De acordo com Lambin (2000), no âmbito estratégico, ou seja, num contexto de estratégia competitiva e no nível de uma unidade estratégica de negócios, o marketing assenta suas bases na escolha do binômio produto-mercado, a ser explorado prioritariamente, e na

previsão da demanda global em cada binômio considerado. O “binômio palavra-transação” permite controlar o planejamento do sistema de medição de desempenho das firmas Coca-Cola, IBM e Microsoft.

Por exemplo, pode-se ler a palavra “água”, sem manter-se à distância. O planejamento do sistema de medição do desempenho da corporação multinacional deve se preocupar com o capital natural. Ecologia e meio ambiente não se apresentam como capital econômico, ou capital cultural, ou capital social (BOURDIEU, 2001). Monitorar o capital natural é uma atividade da esfera civil (ALEXANDER, 2006). Esta é uma concepção de controle de uma sociedade aberta. Administrar o capital corporal é uma tarefa diária de um lutador de boxe (WACQUANT, 2004, p. 127). Segundo Pierre Bourdieu, “aprendemos com o corpo”. Monitorar o indicador de consumo de água das corporações multinacionais é uma tarefa do movimento ambiental e suas ONGs. “Corpo” e “mente”, “indivíduo” e “organização” são palavras de uma linguagem, à luz da obra de Paul Ricoeur. Água, receita, lucratividade, ativo, passivo, custos de transação, custo do capital, despesa, produto, preço, praça, promoção, fazem acontecer o valor de uma firma por meio de palavras e transações econômicas (COPLAND, KOLLER, MURRIN, 2002). Monitorar os indicadores financeiros clássicos, das empresas com capital aberto na Bovespa, é uma tarefa dos analistas de investimento. A palavra “água” não pertence ao conjunto de indicadores financeiros clássicos. Contudo, água é um recurso escasso (GRAYSON, HODGES, 2001, p. 100).

## 9. Considerações Finais

Talvez o mais importante pressuposto subjacente à diferença entre as abordagens de Granovetter e Williamson resida na maneira como é encarado o tema do oportunismo. A contribuição da economia institucional na compreensão da governança corporativa é a unidade analítica palavra-transação. Especificamente, o tópico da economia dos custos de transação destaca a “transação” como unidade de análise. Palavras narrativas e transações econômicas traduzem a retórica da governança corporativa para a esfera civil, e permitem a análise da agenda estratégica da firma (AAKER, 2008; ALEXANDER, 2006). Contudo, as estruturas de autoridade das corporações multinacionais, com mais de 100 mil funcionários, merecem uma análise longitudinal. O desafio de uma cultura transparente é superar a opacidade da firma (GORZ, 1998). Ambiente institucional, governança e indivíduos interagem por meio de uma linguagem, articulada por meio de palavras e transações econômicas. O contexto da economia da informação significa palavras e transações econômicas (RICOEUR, 1975, p. 139).

A mudança de uma economia de bens para serviços, ou, de outra forma, a mudança da manufatura para finanças, como principal atividade econômica dos EUA, é uma característica da sociedade pós-industrial (DAVIS, 2009; NORTH, 1990). Portanto, após compreender governança corporativa, faz-se necessário uma pesquisa empírica, em diversos setores da economia do Brasil, sobre a separação entre propriedade e controle (CLARKE, 2007). A sociologia dos mercados financeiros, Bovespa, CVM, fundos de *private equity*, suas redes sociais, pode se revelar uma avenida aberta para a pesquisa empírica (PREDA, 2009).

O estudo sobre governança corporativa foi baseado no autor Oliver Williamson, vencedor do prêmio Nobel de economia de 2009. A economia dos custos de transação é uma inspiração fundamental para a proposta da unidade de análise palavra-transação (COASE, 1937; RICOEUR, 2005). A linguagem da ciência das organizações pode ser descrita por meio de palavras e transações econômicas. A comunicação da retórica da governança corporativa pode ser expressa por meio de um heptágono. Instituições, organizações hipertexto e corporações multinacionais precisam evoluir em um capitalismo Schumpeteriano.

Finalmente, o modismo “governança corporativa” ascendeu e caiu, assim como o termo “planejamento estratégico” (MINTZBERG, 1994). Códigos de ética, intimidade e transações econômicas apresentam uma oportunidade de pesquisa, e aplicação da sociologia econômica (ZELIZER, 2005). A difusão da lógica de geração de valor ao acionista no ambiente de produção pode ser investigada por meio da unidade de análise palavra-transação (MARX, SOARES, 2008). O pragmatismo cínico dos executivos orientados para gerar valor para o acionista pode acelerar o aquecimento global. O estudo interdisciplinar do direito de propriedade, economia dos custos de transação e organização foi produtivo para a compreensão da retórica da governança corporativa (WILLIAMSON, 1993, p. 104).

## 10. Referências Bibliográficas

- AAKER, D. Strategic Market Management. John Wiley & Sons, New Jersey, 2008.
- ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. Tempo Social, volume 21, nº 1, 2009.
- ALEXANDER, J. The Civil Sphere. Oxford University Press, 2006.
- ANSOFF, I. Strategic management. London; New York: Macmillan, 1979.
- BEINHOCKER, E. D. The Origin of Wealth: Evolution, Complexity, and the Radical Remaking of Economics. Boston: HBSPB, 2007.
- BELL, D. Sociedade Pós-Industrial. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BENKLER, Y. The Wealth of Networks How Social Production Transforms Markets and Freedom. Nova Iorque e Londres. Yale University Press, 2006. Disponível pelo Creative Commons em <http://www.benkler.org>.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. IN: The Sociology of Economic Life. Granovetter, M. Swedberg, R. Westview Press, 2001.
- BRYAN, L. JOYCE, C. Mobilizing Minds. New York, McGraw-Hill, 2007.
- CASTELLS, M. Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CETINA, K. K. PREDA, A. The Sociology of Financial Markets. Oxford: Oxford University Press, 2005
- CLARKE, T. International Corporate Governance: A Comparative Approach. London, Routledge, 2007.
- COASE, R.H. The Firm, The Market and The Law. The University of Chicago Press. 217 pp. Chicago. 1988.
- COZER, M. T. S. Metáforas baseadas em informação: do cérebro para a rede. Revista de gestão da tecnologia e sistemas de informação. Vol. 6, No 2, 2009.
- DAVIS, G. F. Managed by the Markets. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DAY, G. S. The Market Driven Organization: Understanding, Attracting and Keeping Valuable Customers. Nova York: The Free Press, 2001.
- DIMAGGIO, P. The Twenty-First-Century Firm. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- EGGERTSSON, T. Economic Behavior and Institutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- FLIGSTEIN, N. The Architecture of the Markets – N. J. Princeton University Press, 2001.
- FLIGSTEIN, N. CHOO, J. “Law and Corporate Governance”. Annual Review Law Society Science, Jun. 2005.
- GORZ, André (1998/2003) – Metamorfoses do Trabalho - Crítica à razão econômica - Annablume
- GRANDORI, A. Corporate Governance and Firm Organization, Oxford University Press, New York, 2004.
- GRANOVETTER, Mark (1985), “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. American Journal of Sociology, 91:481-510.

\_\_\_\_\_ (2005) “The Impact of Social Structure on Economic Outcomes”  
Journal of Economic Perspectives—Volume 19, Number 1—Winter—Pages 33–50.

GRAYSON, D.HODGES, A. Everybody’s Business. London, FT, 2001.

GRUN, R. Convergência das Elites e Inovações Financeiras: a governança corporativa no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 20 nº. 58 junho/2005.

HAX, A.C; WILDE II, L. The delta project: discovering new sources of profitability in a Networked Economy. New York: Palgrave, 2001.

JACOBIDES, M. WINTER, S. “Entrepreneurship and Firm Boundaries: The Theory of A Firm”. Journal of Management Studies, Special Issue on Entrepreneurship and the Entrepreneurship of the Firm (J.B. Barney & S. Alvarez, Eds.). Vol. 44, No. 7 (November): 1241-1241. 2007.

JENKINS, H. Convergence Culture. New York: New York University Press, 2006.

JENSEN, M. A Theory Of The Firm: Governance, Residual Claims, And Organizational Forms. Boston: HBSP, 2000.

JENSEN, M. MECKLING, W. “Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs, and Capital Structure”. Journal of Financial Economics, 1976.

LAMBIN, J-J. Marketing Estratégico. Lisboa: McGraw-Hill, 2000.

LATHAN, R. SASSEN, S. Digital Formations. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

LESSIG, L. Code. New York: Basic Books, 2006.

\_\_\_\_\_ Remix. London: Bloomsbury, 2008.

MINTZBERG, H. LAMPEL, J. QUINN, J. GHOSHAL, S. O processo da estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MINTZBERG, H. The rise and fall of strategic planning: reconceiving roles for planning, plans, planners. New York; Toronto: Free Press/ Maxwell Macmillan, 1994.

MARX, R. SOARES, J.P.R.F. A influência da orientação à geração de valor ao acionista nas práticas de gestão de pessoas no ambiente de produção. Gestão e Produção, vol. 15, No 2, May/Aug, 2008.

NONAKA, I. “A Dynamic Theory of Organizational Knowledge Creation.” Organization Science, Vol. 5, No 1, February, 1994.

NORTH, D. “Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History”. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOOTEBOOM, B. Inter-firm collaboration, learning and networks; An integrated approach, London: Routledge, 2004.

PEREZ, C. Technological Revolutions and Financial Capital: The Dynamics of Bubbles and Golden Ages. Williston, MA: Edward Elgar, 2002.

PREDA, A. Framing Finance. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

RICOEUR, P. A Metáfora Viva. São Paulo: Edições Loyla, 1975.

RUST, R. KANNAN, P. e-Service. New York: M. E. Sharpe, 2002.

RUST, R. LEMON, K. ZEITHAML, V. “Return on Marketing: Using Customer Equity to Focus Marketing Strategy”. Journal of Marketing, Vol. 68, p. 109-127, 2004.

URBAN, G. Digital Marketing Strategy. New Jersey: Pearson, 2004.

- URDAN, A. Qualidade de Serviços: Proposição de um Modelo Integrativo, Tese de Doutorado, FEA-USP, 1993.
- WACQUANT, L. Body & Soul. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- WILLIAMSON, O.E. The Economic Institutions of Capitalism. The Free Press, 449 pp, New York, 1985.
- \_\_\_\_\_ Contested Exchange versus the Governance of Contractual Relations. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 7, No. 1. (Winter, 1993), pp. 103-108.
- \_\_\_\_\_ The Mechanisms of Governance. Oxford University Press, 1996. 429 pp.
- WILLIAMSON, O. E. e Masten, S.E. The Economics of Transaction Costs. Edward Elgar Publisher, 1999. 560 pp.
- ZADEK, S. The Logic of Collaborative Governance: Corporate Responsibility, Accountability, and the Social Contract. Corporate Social Responsibility Initiative, Working Paper No. 17. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2006.
- ZELIZER, V. The Purchase of Intimacy. NJ: Princeton University Press, 2005
- ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições. Tese de Livre Docência, FEA-USP, 1995.